



O EMPREENDIMENTO COLETIVO E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: A AÇÃO EXTENSIONISTA NA PADARIA ARTESANAL “MÃOS DE FIBRA”

Cleiton Silva Ferreira Milagres¹
Diego Neves de Sousa²
Marcelo Miná Dias³
Dayane Rouse Neves Sousa⁴
Cléverson Silva Ferreira Milagres⁵

RESUMO

Este artigo apresenta resultados de ações de extensão universitária realizadas em um empreendimento coletivo localizado no município de Viçosa, Minas Gerais. A proposta de ação intervencionista foi realizada por meio de um trabalho de assessoria, apoiado pelo edital do Proext Cultura 2009, surgindo do envolvimento de um grupo de discentes do curso de Cooperativismo e docentes da Universidade Federal de Viçosa (UFV) com as famílias rurais que integram o empreendimento. Sabe-se que a formalização de um empreendimento coletivo, como organização comunitária, passa a ser uma instituição importante na promoção da participação social dos envolvidos na comunidade e na condução de suas ações e decisões, a fim de promover o desenvolvimento. Além disso, concorre positivamente para promover a ação empreendedora comunitária. Nesse sentido, ao capacitar os membros do empreendimento para que participem de maneira mais qualificada, promove-se, simultaneamente, a formação de cidadãos capazes de atuar na gestão dos processos locais de desenvolvimento. A organização das famílias rurais em um empreendimento cooperativo, além de transformar essas em agentes coletivos, com papel destacado no processo de desenvolvimento comunitário, contribui para a sustentabilidade socioeconômica e cria condições que propiciem melhor renda e melhores condições de vida. Um dos resultados alcançados pela execução do projeto, que será apresentado neste artigo, refere-se à importância de articular o resgate dos valores culturais presentes na comunidade para a construção de uma identidade, reforçando o sentido de grupo e a capacitação das habilidades das famílias rurais tanto para a condução autônoma de um empreendimento coletivo, quanto para a fabricação e comercialização dos produtos.

Palavras-chave: Empreendimento coletivo. Desenvolvimento comunitário. Extensão universitária.

THE COLLECTIVE ENTERPRISE AND ITS ROLE IN COMMUNITY DEVELOPMENT: EXTENSION WORK IN THE “HANDS OF FIBER” ARTISAN BAKERY

¹ Mestre em Extensão Rural. Gestão e Negócios (Cooperativismo). Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO.

² Mestre em Extensão Rural. Embrapa Pesca e Aquicultura, Palmas, TO. E-mail: diegocoop@hotmail.com.

³ Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Departamento de Economia Rural, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

⁴ Mestranda em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

⁵ Gestor do Agronegócio. Universidade Federal de Viçosa, MG.

ABSTRACT

This article presents the results of university extension work undertaken in a cooperative enterprise located in Viçosa, Minas Gerais State. Advisory work supported by the Proext Cultura 2009 project involved the participation of a group of students from the Cooperativism course at the Federal University of Viçosa (UFV) in rural households that comprised the enterprise. The formalization of a collective enterprise, together with community organization, is important for the promotion of social participation in the community and for guiding actions and decisions in order to promote development. It also acts to encourage entrepreneurial activity in the community. Empowering members of the enterprise and enabling them to participate in a more qualified way helps to produce citizens who are capable of contributing to the management of local development activities. The organization of rural families in a cooperative venture, hence converting them into collectives, plays a prominent role in the community development process, contributing to socioeconomic sustainability and creating conditions that provide better income and improved living conditions. One of the results achieved by the implementation of the project, which will be presented in this article, concerns the importance of linking the recuperation of community cultural values to the building of an identity. This reinforces the sense of community and provides rural households with the training and skills needed for an autonomous collective enterprise, as well as for the manufacturing and marketing of products.

Keywords: Collective enterprise. Community development. University extension.

LA EMPRESA COLECTIVA Y SU PAPEL EN EL DESAROLLO DE LA COMUNIDAD DE LA ACCIÓN EN EXTENSIÓN DE LA PANADERÍA ARTESANAL “MÃOS DE FIBRA”

RESUMEN

Este artículo presenta los resultados de las acciones de extensión universitaria tomadas en una empresa colectiva ubicada en Viçosa, Minas Gerais. La acción intervencionista propuesta se llevó a cabo a través de una labor de asesoramiento, apoyada en el edicto de PROEXT Cultura 2009, relacionadas con la intervención de un grupo de estudiantes de la facultad y Cooperativas, Universidad Federal de Viçosa (UFV) con los hogares rurales que integran la empresa. Se sabe que la formalización de una empresa colectiva, y la organización comunitaria, se ha convertido en una institución importante en la promoción de la participación social en la comunidad y la participación para la realización de sus acciones y decisiones con el fin de promover el desarrollo. Por otra parte, contribuye positivamente a promover la acción de la comunidad empresarial. Por lo tanto, los miembros del emprendimiento de la empresa más calificados pueden ser promovidos para la formación de ciudadanos capaces de actuar en la gestión de procesos de desarrollo local. La organización de las familias rurales en una empresa cooperativa, y convertirlos en agentes colectivos, con un papel destacado en el proceso de desarrollo de la comunidad, contribuye al desarrollo socioeconómico y crea las condiciones que ofrecen mejores ingresos y mejores condiciones de vida. Uno de los resultados obtenidos por la



ejecución del proyecto, que será presentado en este artículo, se refiere a la importancia de vincular el rescate de los valores culturales en la comunidad para construir una identidad, lo que refuerza el sentido de la formación de grupos y habilidades de los hogares rurales, tanto para la conducción de una empresa colectiva autónoma, como para la fabricación de productos y comercialización.

Palabras clave: Colectivo empresarial. Desarrollo de la comunidad. Extensión universitaria.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados de ações do projeto de extensão universitária “Padaria Artesanal Comunitária Mãos de Fibra: agregando valores culturais aos seus produtos”, apoiado pelo Proext Cultura 2009 e iniciado em 2010. As ações foram realizadas com um grupo de mulheres que se organiza na Padaria Artesanal, localizada na zona rural de Viçosa, município da Zona da Mata de Minas Gerais.

Viçosa é município eminentemente urbano. De acordo com o [IBGE \(2008\)](#), 92% de seus habitantes vivem na sede do município. Esse dado demográfico é confirmado pela predominância do setor de serviços na economia municipal, representando 90% do Produto Interno Bruto. A renda proveniente da agropecuária corresponde a apenas 3% da riqueza produzida no município ([PMV, 2009](#)). A presença da Universidade Federal de Viçosa contribui para esta predominância do setor de serviços, tendo forte influência sobre a dinâmica econômica local.

Aqueles que vivem da agricultura em Viçosa o fazem, com raras exceções, sem apoio ou incentivo público e privado. Embora a UFV seja reconhecida por sua excelência em termos acadêmicos – principalmente nas Ciências Agrárias – sua produção científica e tecnológica é principalmente voltada para a agricultura empresarial, resultando em um tipo de inserção local bastante pontual e fragmentada, visto que na região predomina a agricultura de base familiar. A predominância da população majoritariamente urbana, de um setor de serviços relativamente dinâmico e a falta de apoio à agricultura familiar resulta na idealização da cidade como espaço para a realização econômica e profissional. A baixa renda da população rural e o intenso fluxo migratório concorrem para o esvaziamento crescente do meio rural. Cada vez mais os jovens, filhas e filhos de agricultores familiares, buscam a cidade para trabalhar e viver.

Diante da ausência de incentivos públicos à permanência no campo e de políticas de formação ou qualificação profissional para os que emigram, à população rural restam as ocupações e postos de trabalho informais, inseguros, que exigem baixa qualificação e geralmente pagam salários reduzidos. Com relação aos jovens, há a agravante de que o trabalho precário e informal geralmente vem associado à interrupção dos estudos, fragilizando ainda mais seu potencial de inserção qualificada em mercados de trabalho. Esse é um quadro que indica a urgência de políticas públicas de geração de trabalho e renda voltadas para a sustentabilidade das famílias rurais do município.

Diante das dificuldades para conseguir trabalho e incrementar a renda, a crença nas oportunidades que existem na cidade e a esperança de uma “vida melhor” longe dos espaços rurais aos poucos vão se esvaindo. Os baixos salários pagos, a qualificação mínima exigida e a degradação da vida na cidade minam o imaginário da “saída urbana”



ao problema da pobreza. Por outro lado, dialogando com esse diagnóstico geral sobre a vida nas cidades (e, particularmente, Viçosa), vivemos um período de revalorização dos espaços rurais como lugares aprazíveis, de produção de alimentos básicos, mas também de expressão de culturas locais, onde é possível “reencontrar a natureza”, a tranquilidade, a paz, enfim, as amenidades de uma qualidade de vida que há muito as cidades não conseguem oferecer (VEIGA, 2006). É nesse contexto que os produtos “da roça” ou “do campo” passam a ser valorizados por suas qualidades “naturais”, “rústicas”, “tradicionais” etc.

A experiência da Padaria Artesanal Comunitária “Mãos de Fibra” surge nesse contexto. A reunião de um grupo de agricultores rurais teve sua origem na necessidade de produzir alimentos para a própria comunidade e, num segundo momento, gerar renda por meio da comercialização de pão integral, transformando o produto agrícola em algo que pudesse garantir rendimentos ao grupo e a permanência no campo. Produzir o pão também significava valorizar uma habilidade comunitária que há muito era transmitida entre as gerações. O encontro para fazer o pão também era o momento da semana em que as mulheres conversavam sobre as antigas receitas, recuperando práticas que permaneciam, mas aos poucos iam sendo esquecidas.

A iniciativa das mulheres da “Comunidade Violeira”, local de origem da padaria, chamou a atenção de organizações locais como a NAVI⁶, a EMATER/MG⁷, o CTA-ZM⁸ e UFV. Gradualmente essas entidades foram se aproximando do trabalho das mulheres, oferecendo estrutura, apoio, capacitação, contribuindo enfim para a institucionalização do grupo e de seu trabalho. Foi dessa forma que o grupo constituiu a Padaria Artesanal, cujo nome busca resgatar a identidade cultural das agricultoras: o trabalho com as *mãos* e a força de vontade para mudar a difícil realidade em que tradicionalmente viveram. Daí a referência à *fibra*. A “Mãos de Fibra” conta atualmente com 16 pessoas, em sua maioria mulheres, que fabricam pães caseiros de moranga, mandioca, batata e o pão integral; além de broas, bolos e biscoitos, sendo grande parte dos produtos característicos da região e originados de receitas antigas.

É importante destacar que Viçosa é um município rico na produção de matéria-prima para a produção artesanal, que na maioria das vezes utilizam subprodutos da produção agrária, como as palhas secas que se tornam fibras. Também é relevante considerar a produção agroindustrial do município, que configura um potencial para a emergência de atividades pluriativas por partes desses agricultores, podendo melhorar seu nível de renda e produção.

Apesar de o grupo ter ganhado força ao longo dos anos quanto à forma de organização, ele ainda atua informalmente no mercado. Além disso, o grupo percebeu que seus produtos pouco se diferenciavam dos concorrentes locais, tendo em vista que estes não possuíam “nada de atrativo” em relação a um produto semelhante comprado em um supermercado. Assim, uma das opções escolhidas e desenvolvidas por intermédio do apoio do PROEXT Cultura foi o de resgatar os valores culturais presentes na comunidade, criando uma forma de agregá-los aos produtos que já vinham sendo

⁶ NAVI – Núcleo de Arte Viva (Organização Não Governamental).

⁷ EMATER/MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais.

⁸ CTA-ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira (Organização Não Governamental).



desenvolvidos, elaborando-se também uma identidade visual que expressasse a natureza e a origem de produto “tipicamente rural” e produzida de forma artesanal.

O empreendimento coletivo e seu papel no desenvolvimento comunitário

O desenvolvimento comunitário envolve pessoas e as vocações da comunidade local. Seu papel relevante é o fato de a ação comunitária não ter um dono e ser de todos, principalmente no que se refere à formalização de empreendimentos de propriedade coletiva e democraticamente geridos. Neles predomina a livre admissão, onde o “nós” prevalece de forma participativa na construção do bem comum. O fato de os atores sociais presentes na comunidade compartilharem responsabilidades sociais, isto é, cada um se sentir forte, importante e ativo na construção de um bem público, oferecendo seu esforço físico, mental e material ou financeiro ao que é reclamado por todos, configura a ação comunitária legítima ([FERREIRA NETO, 1987](#)).

Esse referencial ajuda a compreender o objetivo de trabalhar questões que envolvem os valores culturais presentes na comunidade e os princípios cooperativos específicos de empreendimentos coletivos. Permite também refletir acerca do modo como as famílias rurais envolvidas podem concretizar sua participação, no que tange à dimensão comunitária para o desenvolvimento.

A noção de participação torna-se referência fundamental à ação extensionista que envolve processos de desenvolvimento. No caso aqui analisado, a participação dos envolvidos pelo projeto foi compreendida como a possibilidade de os envolvidos interferirem na ação extensionista, tomando decisões coletivas, opinando, propondo, assumindo responsabilidades quanto às ações propostas e deliberadas, etc. Sendo assim, o trabalho de extensão universitária realizado compartilha o conceito de [Ferreira Neto \(1987\)](#) a respeito do “desenvolvimento comunitário”, que, de acordo com o autor, pode ser interpretado como

Um conjunto planejado de ações, contemplando as várias dimensões das necessidades vitais de uma população. O que caracteriza o vigor comunitário para o desenvolvimento é a seqüência articulada de esforços e eventos-chave, dirigidos para o gradativo bem-estar econômico e social, a partir da adesão e do compromisso dos próprios cidadãos com a execução das ações planejadas e orientadas para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes ([FERREIRA NETO, 1987, p.15](#)).

Em consonância com o exposto por [Ferreira Neto \(1987\)](#), [Lira \(2005\)](#) acrescenta que o “desenvolvimento local” é um processo eminentemente endógeno, ou seja, que procura aproveitar suas potencialidades próprias – naturais, humanas, institucionais e organizacionais – para transformar os arranjos produtivos locais com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população. No entanto, essas transformações na qualidade de vida seriam consequência também da própria ação dos cidadãos beneficiários, já que eles se transformariam em verdadeiros agentes no processo de desenvolvimento, participando desde a idealização até a avaliação, incluindo a decisão, o planejamento, a execução e o controle dos projetos e processos de desenvolvimento. Por isso, quando se investe no desenvolvimento da participação e da capacitação dos cidadãos, estaria se promovendo também, paralelamente, o desenvolvimento local,



porque aqueles que participam se envolveriam em processos de qualificação de suas condições de vida, capacitando-os para agir ativamente na sua realidade, podendo utilizar para isso o próprio empreendimento.

Há vários exemplos de associações de produtores rurais que têm se consolidado em mercados locais e regionais criando oportunidades mais dignas de trabalho, melhorando a qualidade de vida e gerando renda, porém, é necessário que os membros adquiram capacidades para que isso de fato ocorra de modo sustentável. Nesse sentido, a formalização de um empreendimento coletivo passa, enquanto organização comunitária, a ser uma instituição importante na promoção da participação social dos envolvidos na comunidade, como também para conduzir suas ações e decisões a fim de promover o desenvolvimento, seja em sua infraestrutura econômica ou nas instituições políticas. Assim, ao capacitar os membros do empreendimento para que se tenha maior e mais qualificada participação, promove-se, simultaneamente, a formação de cidadãos capazes de atuar de maneira qualificada na gestão de empreendimentos como também na gestão local de políticas públicas.

METODOLOGIA

Na tentativa de uma interação entre os atores protagonistas do empreendimento coletivo, a adoção de um trabalho participativo se tornou o elemento essencial para realizar a ação extensionista. Segundo [Milagres \(2011\)](#), o uso de técnicas para elaboração de diagnósticos participativos nos processos de intervenção social adquiriu ampla legitimidade como suporte à participação ativa e aos processos de tomada de decisão.

Utilizado por diversas entidades e organizações em processos de diagnóstico e planejamento rural, o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), além de possibilitar uma maior rapidez na obtenção de dados importantes para a promoção do desenvolvimento socioeconômico de populações rurais, possibilita a participação ativa dos beneficiários envolvidos no processo, além do emprego de uma perspectiva multidisciplinar na construção de conhecimentos sobre a realidade diagnosticada ([SOUZA, 2009](#)). A utilização de técnicas de DRP é aqui compreendida como suporte metódico à participação dos envolvidos na construção de conhecimentos e na tomada de decisão sobre a própria ação extensionista, inclusive definindo ou redefinindo os objetivos da mesma.

Nesse sentido, [lorio \(2002, p.32\)](#) pontua que “as metodologias participativas são desenhadas para trazer a comunidade para dentro do processo de desenvolvimento.” Importante frisar que não se trata apenas da utilização de uma metodologia participativa, mas criar ambientes em que o diálogo entre técnicos e atores locais possa ocorrer e subsidiar decisões coletivas. Esse método considera a multidimensionalidade das configurações locais e a complexidade das necessidades e demandas que expressam nestes contextos. Entende-se que as pessoas que são envolvidas pela ação extensionista são chamadas a participar, expondo suas capacidades para enfrentar os problemas diagnosticados. Dessa forma, quando se investe no fortalecimento da participação e da capacitação dos cidadãos, ampliam-se as oportunidades, contribuindo, a partir da ação na realidade vivida, para modificar condições desfavoráveis ([SEN, 2000](#)).

No caso específico da Padaria Comunitária Mãos de Fibra, o trabalho de extensão teve início antes mesmo da execução do projeto, pois a construção da proposta



extensionista foi elaborada com a participação das mulheres que integram o empreendimento coletivo em discussões com a equipe do projeto sobre quais poderiam ser as ações mais adequadas para enfrentar os problemas que viviam. O resultado desses debates foi a base para a definição do projeto de extensão. Outro dado importante é a organização prévia do grupo de mulheres. Aproximadamente 16 delas já vinham mantendo uma rotina de fabricação de pães para consumo e venda na comunidade. Esse grupo participou das discussões iniciais e, após a formalização do projeto, participou ativamente da construção do diagnóstico realizado.

Para a elaboração do DRP optamos por seguir sete etapas que são comumente apresentadas nos textos de referência ([VERDEJO, 2006](#)). As etapas foram executadas da seguinte maneira: 1) foram realizadas discussões entre a equipe do projeto e o grupo de mulheres acerca do objetivo do próprio diagnóstico. Para tanto se buscou criar acordos acerca dos objetivos do próprio grupo com relação ao seu empreendimento. Uma vez que havia o desejo de formalização do grupo e a qualificação do processo produtivo; esse entendimento, construído e afirmado em reuniões preparatórias ao DRP, balizou o diagnóstico, estabelecendo os temas centrais à construção do mesmo; 2) A etapa anterior possibilitou à equipe técnica definir dinâmicas e instrumentos apropriados à condução do trabalho. Uma questão importante, por exemplo, eram os requisitos necessários à formalização de um empreendimento com as características da Padaria. O moderador do processo de DRP deveria, no caso, estar preparado para fazer perguntas adequadas à geração de informações sobre o modo como as mulheres já se organizavam para a produção de pães. Essas informações, construídas como tal no próprio DRP, deveriam, posteriormente, após problematizadas, ser a base para a compreensão das necessidades de adequação ou qualificação do processo de produção às exigências formais; 3) A etapa seguinte consistiu na mobilização das mulheres à participação no DRP, estimulando-as a participar de forma ativa na atividade. 4) No próprio processo de mobilização, que consistiu basicamente de conversas dos membros da equipe técnica com cada uma das componentes do grupo, era realizado um breve levantamento sobre as expectativas que tinham acerca do DRP. O resultado foi comunicado ao moderador, que pode refletir sobre suas opções metodológicas (dinâmicas, técnicas, etc.) a partir dessa informação; 5) O levantamento das expectativas também ofereceu à equipe técnica dados sobre quais informações relevantes poderiam ser úteis no momento de execução do DRP. Já citamos a necessidade de compreensão pelos técnicos dos requisitos legais para a formalização de empreendimentos produtivos. Nesse caso também foi necessário coletar informações sobre empreendimentos semelhantes já existentes no município, como também sobre as possibilidades de comercialização; 6) De posse de várias informações sobre o grupo, suas demandas e expectativa, a equipe técnica passou a decidir sobre as dinâmicas, técnicas e instrumentos mais adequados a cada uma das etapas do DRP, o que conduziu à última etapa do processo; 7) Nessa etapa efetuou-se o desenho e o planejamento do processo de diagnóstico participativo.

A primeira etapa do DRP, descrita anteriormente, demonstrou que um dos objetivos iniciais do grupo era imprimir em seus produtos uma "identidade" ao resultado de sua produção e, ao mesmo tempo, fortalecer os laços que as unia por meio do trabalho coletivo. Esses dois objetivos foram também assumidos pela equipe técnica e formalizados no projeto. Desse modo, a ação extensionista, por meio do projeto, focou dois tipos de ação: uma voltada à formalização do empreendimento e à definição de sua



“identidade” ou “marca”; e outra referente ao fortalecimento da gestão do grupo. Realizados esses acordos, partiu-se para a elaboração do DRP, que se deu em várias etapas, obedecendo ao preceito das “aproximações sucessivas” à complexidade da situação do grupo ([CHAMBERS, 1994](#)).

O processo participativo anteriormente descrito conduziu à escolha das seguintes abordagens ou ferramentas de DRP, descritas de acordo com [Verdejo \(2006\)](#):

- a) Observação participante: propõe aproveitar as possibilidades de compartilhar alguns momentos do cotidiano com grupo envolvido na construção do diagnóstico. É uma ferramenta para a primeira fase de pesquisa. Serve também para conhecer a realidade da comunidade e criar certa confiança ao compartilhar tempo com os envolvidos;
- b) Entrevistas semiestruturadas: essa ferramenta facilita criar um ambiente aberto de diálogo e permite à pessoa entrevistada expressar-se livremente, sem as limitações criadas por um questionário;
- c) Diagramas: utilizados em dinâmicas coletivas, permitem analisar de maneira acessível todos os aspectos complexos e inter-relacionados. Podem ser visualizadas tanto as relações causa-efeito (com a árvore de problemas), como a intensidade e importância das relações institucionais (diagrama de Venn), comerciais ou de produção (fluxogramas de comércio e produção);
- d) Matrizes: comparam diferentes opções para poder classificá-las, analisá-las, hierarquizá-las ou avaliá-las. Para isso, trabalha-se com critérios que permitem fazer estas comparações, isto é, a matriz de comercialização pertence à primeira fase de pesquisa de um DRP, as matrizes de avaliação, as alternativas e a hierarquização são, definitivamente, ferramentas da segunda fase de pesquisa. O cenário de alternativas se aplica, em geral, na última parte da segunda fase, para fixar e concretizar as medidas que a comunidade tomará, finalmente, para enfrentar os seus problemas.

Essas ferramentas possibilitaram o diálogo e a aprendizagem mútua para todos os sujeitos envolvidos na ação. No entanto, é necessário ressaltar aos extensionistas que a técnica deve ser ajustada à realidade do grupo ou da comunidade local, sem preocupar-se apenas com sua aplicação, mas também com os valores presentes na interação social dos indivíduos, pois em muitos casos as técnicas participativas precisam ser modificadas e aprimoradas em virtude da realidade e do processo de intervenção.

Além disso, compete ao extensionista a função de criar os espaços propícios à realização de formas interativas e discursivas, espaços de debate e de negociação, cuja coordenação deve ser facilitar a alternância de responsabilidade na condução das propostas que vão surgindo durante a aplicação e o desenvolvimento da técnica.

Não é objetivo deste artigo, porém, descrever cada ferramenta aplicada na ação extensionista, mas chamar a atenção para o uso dessas e, evidente, especificar que a sua utilização pode contribuir no fortalecimento do empreendimento coletivo – e, indiretamente no desenvolvimento comunitário – em detrimento dos interesses individuais dos integrantes.

RESULTADOS

Além da elaboração de diagnósticos participativos, o processo de ação extensionista conduzido junto à Padaria Artesanal utilizou vários recursos que buscaram possibilitar a criação de um ambiente de aprendizado mútuo sobre a situação do grupo e as alternativas viáveis à mudança desejada. Esses recursos incluíram reuniões problematizadoras, palestras, oficinas e visitas para intercâmbio de informações e aprendizado com experiências similares às que o grupo intencionava estabelecer. Esse processo possibilitou alcançar resultados importantes com relação a mudanças na organização do empreendimento e em seu papel na comunidade. Para facilitar a compreensão dos resultados do trabalho de extensão desenvolvido com os integrantes da Padaria Artesanal, os mesmos são apresentados em tópicos que identificam o tema tratado.

Capacitar para melhor gerir

No primeiro encontro que deu início às atividades propostas pela equipe do projeto com os integrantes da padaria foi elaborado, de forma participativa, um calendário de possíveis cursos e oficinas a serem ministrados ao longo do ano. Os cursos escolhidos foram na área de panificação e higienização de alimentos, a fim de aprimorar os produtos; na área de controle financeiro e da produção; além de outros relacionados ao tema de associativismo/cooperativismo, que tinham como foco a formalização do empreendimento (**Figura 1**).



Figura 1. Atividade realizada durante o Curso de salgados.

Os cursos voltados para área de panificação foram diversos e oferecidos por técnicos especialistas contratados. Estes especialistas eram informados acerca dos objetivos e métodos de trabalho do projeto, buscando adequar os cursos às demandas identificadas pelas mulheres do grupo ao longo do processo de elaboração dos diagnósticos. Esse procedimento possibilitou a adequação dos cursos à demanda de trabalhar com “receitas tradicionais” e matérias-primas de origem local, preferencialmente

aqueles disponíveis na comunidade. Outro exemplo de adequação da oferta de cursos à realidade do grupo foi o realizado para possibilitar aprendizados sobre “boas práticas” de higienização de alimentos e de organização do local de trabalho. Como na época as atividades do grupo eram realizadas na casa de uma das integrantes, houve necessidade de adequação do conteúdo às condições de fabricação existentes no local em que trabalhavam. As limitações do lugar de trabalho foram incorporadas ao aprendizado, despertando no grupo a necessidade de mobilização e esforço para construção de uma sede própria para a Padaria, ação que já vinha sendo desenvolvida antes do início do projeto de extensão.

A capacitação foi o carro chefe das ações de extensão realizadas na Padaria. Com o apoio dos estagiários foi possível a realização de duas oficinas sobre “autogestão e empreendimentos coletivos”. Essas oficinas auxiliaram as atividades de capacitação referentes à formalização do empreendimento (**Figura 2**). Sabe-se que, ao formalizar um empreendimento – em uma associação ou outra forma de organização social – o grupo tem que estar preparado para assumir novas responsabilidades e funções e, ainda, continuar promovendo a participação de todos. Desse modo, para melhor gerir o empreendimento foram feitos diversos cursos sobre o quadro funcional de uma organização associativa, ou seja, cursos que detalhavam as funções de conselheiro fiscal, diretor presidente, diretor financeiro; sobre o papel da assembléia geral, entre outros. É importante ressaltar também que a participação de um advogado, como consultor nesse processo, ajudou a orientar o grupo sobre suas atribuições legais, antecipando possíveis problemas a serem enfrentados.



Figura 2. Oficina sobre Autogestão em empreendimentos coletivos.

As ações de capacitação realizadas contaram, em sua maioria, com o grupo de 16 mulheres que compunham a Padaria Comunitária. Como ressaltado anteriormente, as metodologias, dinâmicas e técnicas adotadas eram quase sempre participativas, buscando a criação de ambientes de constante diálogo entre moderadores, facilitadores e integrantes do grupo.

Formalização do empreendimento

Desde o surgimento da Padaria Comunitária a organização do grupo é informal. Isso não tem prejudicado as ações coletivas no que se refere à condução das reuniões semanais e tomadas de decisão, nem ainda o trabalho conjunto de fabricação dos pães. No entanto, o caráter informal vinha prejudicando a comercialização dos produtos por não haver a nota fiscal, como também, a autonomia do grupo na gestão de alguns projetos desenvolvidos na comunidade por outras instituições parceiras, que poderiam ser vinculados diretamente à Padaria se esta fosse formalizada como uma associação.

Com um grupo bastante coeso e com presença forte na comunidade, já que muitos de seus membros desempenham outros papéis importantes – como presidência da associação de moradores; coordenação de pastoral na Igreja Católica; ministério da eucaristia, entre outros – iniciou-se um trabalho para assessorá-lo quanto à melhor forma de organização formal para comercializar produtos. Nesse sentido, foram feitas diversas reuniões com os integrantes a fim de esclarecer as mudanças burocráticas que aconteceriam nas atividades da Padaria caso optassem pela formalização do empreendimento e, ainda, uma viagem técnica ao município de Anchieta, estado do Espírito Santo, para conhecer a Associação de Mulheres da Prata que realiza um trabalho semelhante (**Figura 3**).



Figura 3. Visita Técnica à Associação Mulheres da Prata, Anchieta-ES.

As inúmeras reuniões na comunidade e a viagem técnica possibilitaram mostrar a todos os integrantes como deveriam estar capacitados para enfrentar as mudanças e os desafios após a formalização. Após essa fase, o grupo optou por formalizar a Padaria em uma Associação. O processo de formalização foi concluído em 2011 com a elaboração de estatuto e regimento interno pelo próprio grupo.

A construção da identidade visual

Em sintonia com a formalização do empreendimento iniciou-se também um trabalho de construção da identidade visual do empreendimento. Os recursos do projeto possibilitaram a contratação de uma empresa especializada em comunicação que desenvolveu o conceito gráfico de divulgação dos produtos da Padaria. Por já possuírem a denominação “Mãos de Fibra” e este ter se tornado uma marca conhecida por todos na comunidade, faltava ainda uma ilustração que representasse a atividade por eles desempenhada e que também pudesse simbolizar o grupo. Apesar de a criação da logo ter sido desenvolvida por uma empresa, todo o trabalho iconográfico presente na imagem contou com o apoio, por meio de avaliação e sugestões às propostas que eram apresentadas pela empresa, e decisão dos membros da Padaria. Assim, foi criada a logomarca que passou a definir a “identidade visual” do empreendimento (**Figura 4**).



Figura 4. Logomarca oficial do empreendimento.

Para a elaboração da logomarca, durante as reuniões semanais, em uma dinâmica participativa sugerida pela equipe do projeto, as mulheres desenhavam propostas de marcas (ou logotipos) e as colocavam à apreciação e votação do grupo, que escolhia as melhores ideias, construindo coletivamente uma proposição única.

De início os componentes da equipe técnica orientaram sobre a importância de agregar na marca elementos correspondentes à realidade cultural do grupo. Desse modo, algumas integrantes mencionaram a importância histórica do trabalho coletivo na criação de um empreendimento; outras lembraram a importância das fibras na fabricação do pão, ressaltando que estas deveriam compor o desenho da marca. O “elemento da solidariedade”, como valor que manteve o grupo coeso ao longo dos anos também foi destacado como importante significado a ser impresso na marca. De acordo com os depoimentos dados nas reuniões, os valores da comunidade favoreceriam a união e a ação coletiva de todas na fabricação do pão e no encontro semanal. Esse elemento deveria estar representado. Tais elementos, difíceis de serem traduzidos em imagens, foram, na dinâmica de trabalho adotada, aparecendo em diversas propostas, até que se chegou a uma imagem que satisfizesse ao grupo. A marca definida, apresentada na Figura 4, traduz a fibra como elemento principal na representação identitária do grupo. O trigo é o principal ingrediente na fabricação dos pães e em outros produtos da Padaria



Comunitária. “Sem trigo não tem pão e a fibra não faz a liga” como salientou uma das integrantes. A arte final foi resultado do tratamento dado ao rascunho feito pelo grupo pela equipe da empresa de comunicação. A imagem afirma-se como “identidade visual” porque, de acordo com os depoimentos das mulheres do grupo, ela as representa, significando seus valores (“fibra”, “comunidade”, “trabalho”) e seu pertencimento.

Promoção do desenvolvimento

Um projeto que tem no seu próprio nome o adjetivo “comunitário” tem que considerar a questão do desenvolvimento da comunidade onde se insere. Como já mencionado, a preocupação com a comunidade sempre esteve presente nas atividades da Padaria Comunitária. A organização das famílias rurais em um empreendimento cooperativo, além de transformar essas em agentes coletivos, com papel destacado no processo de desenvolvimento comunitário, contribui para a sustentabilidade econômica e cria condições que propiciem melhor renda e condições de vida para essas famílias.

Com a formalização do empreendimento em uma associação, este poderá se beneficiar de projetos e programas do governo voltados para a segurança alimentar e mercados institucionais, bem como criar parcerias e realizar trabalhos conjuntos que possibilitem alcançar um desenvolvimento comunitário. Projetos que envolvem processos participativos abrangem pessoas e entidades numa ação conjunta, voltados para a melhoria das condições de vida da população local. Portanto, é preciso não só saber como divulgá-los, mas sim, criar ambientes favoráveis à sustentabilidade socioeconômica dos mesmos por meio do envolvimento dos atores locais. A parceria e o trabalho conjunto com as entidades que já mantém alguma atividade na Padaria serão imprescindíveis e poderiam dar suporte à comunidade, assim como novas parcerias que poderão surgir.

No entanto, cabe ressaltar que o relacionamento da Padaria Comunitária com as instituições parceiras não exclui o papel importante que essas exercem com a comunidade local, tanto na promoção do bem-estar econômico e social dos membros envolvidos no empreendimento, quanto na orientação para uma participação comunitária cada vez maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados até aqui apresentados refletem ações executadas durante o trabalho da equipe do projeto de extensão apoiado pelo PROEXT Cultura. Como todo projeto de extensão universitária, algumas mudanças ocorrem no decorrer das ações de intervenção e neste não foi diferente. Apesar das mudanças, necessárias à adequação do projeto original às demandas do grupo, o trabalho teve a importância de articular os valores culturais presentes no grupo e na comunidade para a construção de uma identidade que reforça o sentido de grupo e chama a atenção para que outros empreendimentos que trabalham de modo artesanal e na informalidade possam se formalizar e conquistar espaços em mercados, gerando renda e seguridade socioeconômica para seus membros.

Incentivar a capacitação e aprimorar as habilidades das famílias rurais tanto para a condução autônoma de um empreendimento coletivo quanto para a fabricação dos produtos possibilitou que o almejado desenvolvimento começasse a ser realidade para todos do grupo.



Conclui-se também que a atuação de empreendimentos coletivos, como a Padaria Artesanal Comunitária “Mãos de Fibra”, no desenvolvimento local nem sempre é priorizada, já que falta ao Poder Público local criar mecanismos que incentivem essas organizações. Entretanto, através da participação comunitária e da institucionalização do empreendimento, pode-se obter uma maior autonomia das famílias rurais nas ações a serem desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

CHAMBERS, R. The origins and practice of participatory rural appraisal. **World Development**, v. 22, n. 7, p. 953-969, 1994.

FERREIRA NETO, A. **Desenvolvimento comunitário**. Rio de Janeiro: Bloch, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 16 out. 2009.

LIRA, I. S. Desarrollo económico local y competitividad territorial en América Latina. **Revista de La CEPAL**, Santiago, Chile, n. 85, p. 81-100, abr. 2005.

IORIO, C. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002, p. 21-44.

MILAGRES, C. S. F. **O uso da cartografia social e das técnicas participativas no ordenamento territorial dos projetos de reforma agrária**. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, 2011.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, M. M. O. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP). **Revista EM EXTENSÃO**, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 34 - 47, jan./jul. 2009.

VEIGA, J. E. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 333-353, 2006.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

VIÇOSA (MG). Prefeitura Municipal de Viçosa. **Sobre a cidade de Viçosa**. Disponível em: <<http://www.vicosa.mg.gov.br>>. Acesso em: 14 nov. 2009.